

CAPACIDADE DA AGREGAÇÃO: COMPROMISSOS, ÁGUA E UMA FORMA DE CUIDADO COLETIVO NO NORDESTE DO BRASIL¹

CAPACITY AS AGGREGATION: PROMISES, WATER AND A FORM OF COLLECTIVE CARE IN NORTHEAST BRAZIL

Andrea Ballester²³

Resumo: No transcurso do Século XXI, as pessoas vêm fazendo experimentações com diferentes formas de organização política. No nordeste do Brasil, esse espírito experimental levou à criação do Pacto das Águas, um processo envolvendo mais de oito mil participantes reunidos em uma série de audiências públicas⁴ nas quais foram realizados compromissos de zelar pela água, observando as especificidades do contexto local. O Pacto reuniu estas promessas em um formato escalonado o qual, acreditam os organizadores, irá proporcionar os meios necessários para lidar com as questões estatais relativas à água. O Pacto romperia com uma história de fracassos infraestruturais e legais concernentes ao acesso às águas subterrâneas no estado do Ceará. Este artigo examina a forma como este coletivo foi produzido, quais foram suas unidades constitutivas e como a lógica da agregação conduziu as práticas que levaram à sua compilação. Meu objetivo é reexaminar o coletivo como uma forma de competência quantitativa que deve ser qualitativamente reconsiderada.

Palavras-Chave: agregação; Brasil; coletivos; futuro; forma política; compromissos; água.

Abstract: As the twenty-first century gets underway, people have been experimenting with many forms of political organization. In Northeast Brazil, that experimental spirit led to the creation of the Water Pact, a process involving more than eight thousand participants through

¹ Tradução do inglês para o português por Bruno Joviniano de Santana Silva (Mestrando em Direito Constitucional pelo PPGDC-UFF) e por Tatiana Ferreira Lotfi (Mestranda em Direito Constitucional pelo PPGDC-UFF) e revisão por Maria Clara Conde Moraes Cosati (Mestranda em Direito Constitucional pelo PPGDC-UFF).

² Professora Assistente de Antropologia na Rice University, Houston, Texas (EUA), onde também administra o Estúdio de Etnografia. Suas publicações recentes incluem 'A Ética de uma fórmula, calculando um preço financeiro e humanitário para a água' (*American Ethnologist*, 2015) e 'O que contém uma porcentagem? Cálculo como Tradução Poética/Lírica de Direitos Humanos' (*Indiana Journal of Global Legal Studies*, 2014).

³ Gostaria de agradecer a Brit Ross Winthereik, Annelise Riles e Robert Werth pela sua comentários, que ajudaram a esclarecer este artigo. Agradecimentos são devidos a Rachel Douglas-Jones e Justin Shaffner por me convidar para participar do *Workshop* "Esperança e insuficiência: Construção de Capacidade em Comparação Etnográfica" e para todos os participantes com suas conversas instigantes. E, finalmente, minha profunda gratidão a todos os meus colegas brasileiros e amigos por compartilharem seus pensamentos, ambições e dúvidas comigo enquanto procuravam produzir um mundo da água mais democrático. A pesquisa para este artigo foi financiada pela National Science Foundation e pela Wenner-Gren Foundation.

⁴ Nota dos Tradutores: a expressão "audiências públicas" utilizada na presente tradução guarda semelhanças porém não se confunde com a previsão do art. 58, §2º, inc. II da CR/88 (audiências públicas convocadas pelas Comissões do Congresso Nacional no curso do processo legislativo) e tampouco com as audiências públicas previstas nos arts. 13, inc. XVII e 21, inc. XVII do RISTF (para ouvir o depoimento de pessoas com experiência e autoridade em determinada matéria com repercussão geral ou de interesse público relevante). No sentido do texto, audiências públicas correspondem às reuniões abertas ao público, realizadas ao longo do trabalho de elaboração do Pacto das Águas, onde os participantes assumiram compromissos de zelar pela água.

a series of public promise-making rituals in which they made pledges to care for water, attending to the specificities of their own context. The Pact gathered those promises into a multi-scalar formation that, the organizers believed, would yield the necessary resources to address the state's water problems. The Pact would break with an unsuccessful history of infrastructural and legal reforms concerning deep-water access in the state of Ceará. This article examines how that collective was produced, what its constituent units were and how the logic of aggregation guided practices leading to its coalescence. My purpose is to re-examine the aggregate as a quantitative form of capacity that should be qualitatively reconsidered.

Keywords: aggregation; Brazil; collectives; future; political form; promises; water.

1. Introdução

Uma forte tradição na antropologia política e ambiental documentou as desigualdades estruturais e redes transnacionais através das quais a “natureza” é produzida (BAKKER, 2010; HAYDEN, 2003; MOSSE, 2003; WEST, 2006). No que tange à água, acadêmicos documentaram as inquietantes e desiguais consequências da escassez e do excesso, e da sua mercantilização ou reconhecimento como um direito (AIYER, 2007; ANAND, 2011; BALLESTERO, 2015; BARNES, 2014; CARSE, 2012; MORITA, 2016). Antina von Schnitzler (2016), por exemplo, chama atenção para a forma como a administração pública das infraestruturas hídricas e serviços de distribuição são as bases nas quais direitos e obrigações são adjudicados e políticas técnicas de cidadania são negociadas. Grande parte destas negociações acontecem no que ela denomina de ‘interface administrativa’, o espaço material onde cidadãos e autoridades públicas se encontram. Este artigo localiza-se nesta interface, no estado do Ceará, Nordeste do Brasil. Ele examina as tentativas de um grupo de autoridades públicas, servidores públicos e organizações não-governamentais (ONGs) para reconfigurar as formas através das quais a água é coletivamente gerenciada e organizada. Ele identifica um experimento que se baseia em compromentimentos pessoais de zelar pela água como meio de criar uma interface coletiva diversa da estatal. Este formato é pensado como um agregado, uma espécie de reunião flexível cuja existência não depende de filiação ou identificação. Este agregado é uma construção peculiar escalonada – enquanto contexto remanescente – de escala específica. O restante deste artigo analisa como este coletivo foi produzido, quais foram suas unidades constitutivas e como a lógica da agregação possibilitou sua compilação. Meu propósito é reexaminar o agregado como uma forma quantitativa que requer uma reavaliação qualitativa.

O Pacto das Águas do Ceará (PA) teve início com o compromisso de uma equipe técnica com fortes laços com o setor público de romper com a história. Esta história se caracterizou pela ambição de solucionar os problemas da escassez de água através da ‘modernização’ das infraestruturas, instituições e da arquitetura legal da água. Quando esta equipe técnica idealizou o PA em 2008, imaginaram que o documento não iria seguir os mais recentes conjuntos de reformas conduzidos nos anos 90. Naquele momento, o Estado incrementou sua capacidade de armazenar, transportar e cobrar pela água. Tecocratas também colocaram em prática uma série de mecanismos para gerar mais conhecimento técnico e definir, de forma clara, os novos direitos de uso da água.

Enquanto práticas clientelistas, grandes infraestruturas e novas regulações tornaram-se sedimentadas historicamente como formas inevitáveis de lidar com a escassez de água, após as reformas dos anos 90 os organizadores do Pacto reuniram apoio suficiente para uma nova estratégia. Eles almejavam explorar um novo recurso: a capacidade que as pessoas têm de cuidar. Eles quiseram alterar a paisagem hídrica do Ceará apelando para um senso diário de ação ética que iria aumentar a capacidade do Estado de cuidado com a água. Tal capacidade pressupunha que cada membro da sociedade iria assumir sua obrigação ética de conservar e usar a água racionalmente e de acordo com a sua própria realidade. Caso vivesse na escassez, aquela pessoa ajudaria a aumentar a conscientização sobre a necessidade de economizar água. Caso a questão enfrentada fosse a poluição, a pessoa divulgaria tecnologias ambientalmente mais saudáveis. Caso desperdiçasse água devido a tecnologias ineficientes, a pessoa investigaria tecnologias mais apropriadas. Os organizadores do Pacto acreditaram que afastar-se da lei e da infraestrutura como pontos de partida despertaria a capacidade íntima e universal de cuidado nas pessoas, permitindo que elas articulassem conhecimento e recursos de forma inusitada.

Três princípios orientaram os trabalhos dos organizadores do Pacto. Primeiramente, o Pacto partiu da ideia que o Ceará já dispunha de conhecimento e soluções em seu meio. O que faltava era articular conhecimento, recursos técnicos e pessoal em torno de um objetivo claro. Segundo, os organizadores previram que o Pacto seria uma forma de reunir a ‘sociedade’ em torno dos assuntos relacionados à água. Ao invés de colocar a responsabilidade pela água em um pequeno número de organizações, o Pacto tornaria a água uma preocupação ‘transversal’. Isto implicaria em situar cidadãos comuns no núcleo do Pacto. Mas este princípio mostrou-se inalcançável. Ao longo da implementação do pacto, quanto mais eventos os organizadores conduziram, mais claro tornou-se que o Pacto era mais capaz

de alcançar o 'Estado' do que cidadãos de representar a 'sociedade'. Em um mudança inesperada, a procura do Pacto pela sociedade o conduziu ao Estado, sob a forma de seus representantes locais, regionais e nacionais. Terceiro, os organizadores do Pacto conduziram uma série de audiências públicas onde os participantes assumiram compromissos de agir eticamente e fazer o necessário para trabalhar com e pela água de uma maneira mais responsável. Estes encontros abertos realizados em todo o Ceará renderam um grande número de compromissos, expressos primeiramente de forma verbal, depois escritos em pedaços de papel, e finalmente consignados em documentos eletrônicos. No centro do agregado estavam seus compromissos, a nova forma de interface, desta vez entre os agentes públicos e a água em si.

Antropólogos e outros analistas sociais produziram alguns conceitos para auxiliar a descrever coletivos e sua capacidade de atuação. A ideia de uma rede, por exemplo, tem sido utilizada para explicar as associações, conexões e desconexões que conduziram a capacidades científicas e políticas específicas (LATOURET, 2005; STRATHERN, 1996). 'Assemblagens' é utilizado para destacar formações temporárias globais com o poder de redefinir e redistribuir competências políticas e econômicas (COLLIERANDONG, 2005). O conceito de multidão sinaliza um disforme porém poderoso coletivo com um potencial revolucionário sempre à beira de ser concretizado (HARDT AND NEGRI, 2005). E, é claro, noções mais tradicionais como estado-nação (B. ANDERSON, 1991; BHABHA, 1994), comunidade (HAYDEN, 2003) e tribo (MALINOWSKI, [1926] 1966) tem sido utilizadas para descrever competências coletivas de intervir, ativa ou passivamente, no mundo.

Como forma social, o Pacto contradiz muito do que se mostrava atrativo sobre essas noções, especialmente os diferentes graus de pertencimento que eles implicam. No Pacto, não há nada a que se pertencer. Ao invés disso, a coletividade é construída através de uma forma de reunião flexível e transitória que não requer que os participantes sejam filiados a nenhuma entidade maior (para outra forma de articulação política, veja BALLESTERO, 2012). O Pacto não demanda filiação ou associação. Ao invés de criar um todo, o Pacto trabalha na forma de agregação, reunindo elementos não encarados como naturalmente pertencentes um ao outro, em formações soltas que são facilmente associadas e dissociadas.

Na antropologia, historicamente os 'agregados' tiveram uma conotação negativa. Eles são frequentemente tomados por construções que dispensam laços sociais, enfraquecendo e homogeneizando a diferença. No auge da teoria estruturalista, antropólogos usaram os agregados para mapear os traços culturais compartilhados de coletivos agrupados

em uma única cultura ou etnia. Porém esta utilização dos agregados rapidamente chegou a um fim. Fredrik Barth, por exemplo, contestou a ideia de que grupos étnicos eram ‘agregados de pessoas que essencialmente compartilham uma cultura comum’ (BARTH, 1998: 9). Barth questionou a utilidade em definir grupos culturais através de listas de características e traços culturais. Contrariamente, ele argumentou, a existência de um ‘grupo étnico’ é melhor compreendida rastreando as diferenças limítrofes entre um grupo e outro. Tais limites permitiram aos antropólogos enxergarem grupos culturais como entidades que mudaram ao longo do tempo, em oposição à acumulação estática de traços. O questionamento de Barth à agregação como conceito estático foi metodológico. Ele defendia métodos de estudo ao invés de listas. O pensamento de Barth facilitou a transição da antropologia em direção a novas abordagens teóricas, e a agregação foi rapidamente abandonada simultaneamente como fato empírico e conceito analítico (TURNER, 1995; GENNEP, 1960; GUYER, 1999).

Agora, no Século XXI, a agregação recobrou relevância como um conceito nativo (ANDERSON, 2011; CODDINGTON, 2015) e como uma forma política (JURIS, 2012). Hoje, ao invés de constituir papéis estáveis, agregados são formas de permitir que diferenças instáveis proliferem. Agregados permitem que as pessoas contornem o problema de lealdades rígidas e contraditórias. A criação de coletivos através de agregações não limita as formações das quais as pessoas potencialmente sejam integrantes. Ao contrário, os agregados possibilitam que as pessoas participem de formações soltas e temporárias que podem ser feitas e desfeitas de acordo com afinidades políticas, afetivas ou epistêmicas diferentes. Se as listas de características dos agregados foram ignoradas como forma de descrição dos coletivos em virtude da sua falta de atenção às alterações dinâmicas, o autoconhecimento das pessoas quanto à velocidade e proliferação da mudança faria os agregados úteis a rastrear alterações aceleradas na organização social.

Considere uma espécie de agregado que não necessariamente depende da intenção: a base de dados. Através de infinitas bases de dados construídas em dimensões (traços) da nossa experiência social, aqueles de nós que estivermos digitalmente monitorados já teremos nos tornado entidades agregadas, independente de nossa intenção. Evelyn Ruppert (2012) chama atenção para este fenômeno. Ela argumenta que, ao invés de pensarmos em termos de como as bases de dados são vigilância de identidades e categorias predefinidas, nós devemos pensar nessas infraestruturas tecnocráticas como agregados topológicos das ‘interações, transações, performances, atividades e movimentos das pessoas em relação ao governo’ (RUPPERT, 2012: 119). Ao invés de fornecidos, os agregados são feitos e desfeitos de acordo

com questões e métodos particulares. Semelhanças são colhidas e contabilizadas com um propósito específico. Os resultados que eles geram podem ser facilmente reunidos e dissolvidos. Não é de se admirar que corporações privadas, especialmente aquelas que trabalham além de fronteiras geográficas, também utilizem ativamente os agregados como estratégia de negócios. Por exemplo, uma proeminente revista de negócios exorta seus leitores a, ‘ao invés de considerar mercados geograficamente separados como *pool* de receitas distintas, companhias podem agregar estas vendas através de zonas temporais, nacionalidades, culturas, redes sociais e interesses que atendam verdadeiramente a segmentos de clientes globais’ (BORCHARDT, et al. 2011: 21). Desta forma, como forma social preferida na contemporaneidade (RABINOW, 2009), o agregado torna-se uma estratégia significativa na produção do novel capitalismo, possibilidades políticas e afetivas. Não é surpreendente, portanto, que no Nordeste do Brasil o agregado também esteja sendo utilizado para definir o futuro da água.

Traçando a elaboração deste agregado, eu quero debater uma reconsideração qualitativa do agregado como forma social, especialmente como forma de gerar capacidade. O conceito de agregação nos auxilia a enxergar a produtividade do Pacto como um coletivo de compromissos que não reivindica nenhuma forma de integralidade; como uma construção plural que combina a multiplicidade de suas unidades sem qualquer aspiração à sua fusão. O Pacto é um agregado que agrupa sem a pretensão de atingir unidade. Seletivamente, ele registra a intenção dos participantes de prometer cuidar da água, nada mais e nada menos. O restante deste artigo rastreia a elaboração desta reunião, enfatizando as ideias que se direcionam a sua construção. Concentrei-me nas hipóteses que conduziram autoridades oficiais e consultores que trabalhassem na interface administrativa da água a se comprometerem com essa forma social de incrementar a competência estatal de cuidar da água em um lugar como o Ceará.

Minha argumentação tem início com a observação do contexto histórico do qual o Pacto emerge: as condições políticas e ambientais de viabilidade. Depois focalizo os métodos necessários para gerar compromissos e ofereço alguns exemplos de como eles são feitos e como seus conteúdos são traduzidos a depender das escalas para as quais eles são transportados ou se ficam vinculados a uma localidade. A análise do compromisso, a medida fundamental acumulada no Pacto, nos conduz à análise da forma e descrição como maneiras de intervir em assuntos coletivos. Encerro com uma ilustração que compara duas visualizações de agregados: em uma das mãos o Leviatã de *Hobbes*, na outra uma imagem

digital produzida por Andy Lomas, um artista que utiliza matemática e filosofia para gerar agregados.

2. Um pacto em um território árido

Parte do polígono das secas do semiárido do Nordeste do Brasil, o Ceará é visto no Brasil como uma área de absoluta pobreza. A região apresenta o segundo pior indicador de qualidade de vida no Brasil – superado apenas pela Amazônia. Historicamente vulneráveis às políticas de escassez de água (NELSON; FINAN, 2009), os habitantes do Ceará já viram um desfile de ideias e projetos, da captação da água das chuvas aos reservatórios domiciliares de água, marchar em suas vizinhanças anunciando soluções definitivas à sua histórica exclusão das infraestruturas hídricas básicas (LEMOS, 2003; ARONS, 2004). Mas apesar de seu fracasso em prover acesso universal à água e sua reputação como um estado atrasado, o Ceará é reconhecido como exemplar em instituições especializadas na água (DO AMARAL FILHO, 2003). Durante os anos 90, uma reestruturação, parcialmente financiada pelo Banco Mundial, modernizou o ultrapassado setor hídrico estatal, com resultados frequentemente elogiados como interrupções exemplares do dramático futuro hídrico que era esperado para o estado (SIMPSON, 2003). De fato, esta reforma, que foi prévia a reformulações institucionais similares nos polos industriais do sul e sudeste do Brasil, conduziram especialistas em recursos hídricos do país a considerar os círculos profissionais do Ceará pioneiros em inovação no setor hídrico. Estas inovações, de acordo com muitos no setor público, são a razão pela qual a seca plurianual extrema vivida desde 2012 não teve as consequências ambientais e sociais brutais características do passado nordestino.

Porém o sucesso das reformas anteriores não reverteu o legado de desigualdades e escassez de água que caracterizam o Ceará. Enorme proporção da população urbana continua a comprar água em grande parte de veículos de tração animal, caminhões pipa ou de pessoas que se deslocam pelas ruas com grandes latões de água (CAPRARA, et al. 2009: S128). Nas zonas rurais, as secas continuam a atingir populações vulneráveis apesar dos experimentos públicos e privados de assegurar acesso contínuo em períodos de escassez. Não obstante a inauguração em 2002 do maior reservatório estatal, o Açude Castanhão, a escassez de água continua à espreita na memória coletiva e nas experiências cotidianas. Em 2016, a infraestrutura hídrica estatal foi levada ao limite, com os reservatórios nos menores níveis dos últimos trinta anos.

Voltando aos anos 2000, parlamentares encaravam o estado como se estivesse em uma espécie de beco sem saída, incapaz de resolver suas dificuldades de acesso à água e perdendo sua vertente inovadora em matéria de água. Após muitos debates sobre novas leis acerca das águas e novas reformas institucionais, a Assembleia Legislativa decidiu por adotar uma tecnologia de administração mais fluida. Em 2007 foi oficialmente inaugurado o Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos com a missão de reduzir a distância que separava os cidadãos dos parlamentares. O Conselho foi encarregado de identificar desafios estatais estratégicos e produzir recomendações sobre como contornar estes desafios. A primeira responsabilidade do Conselho foi promover um inclusivo diálogo de amplitude estatal para analisar os problemas regionais hídricos persistentes e determinar futuras ações.

Contra este histórico e durante aproximadamente quatro anos (2007-2011), o Conselho trabalhou para elaborar o Pacto das Águas (PA). Apesar de formalmente liderado pela Assembleia Legislativa, na prática, Ernesto - o Diretor Executivo do Conselho - desenvolveu o processo do Pacto juntamente com um grupo de consultores com longas trajetórias de ativismo técnico relacionado à água, combinando conhecimentos diversos proveniente da academia, ONGs e instituições públicas. A equipe almejava diferenciar o Pacto de outros ‘ajustes técnicos’ onde autoridades retiveram o planejamento e os poderes de tomada de decisão. Na prática, o Pacto solicitaria o comprometimento das pessoas em resolver os problemas iminentes que escassez de água, poluição e mudanças climáticas apresentavam. Metodologicamente, o Pacto consistiu em uma série audiências públicas nas quais os participantes assumiram publicamente compromissos de cuidar da água. Materialmente, o Pacto reuniu prodigiosas quantidades de documentos escritos, posteriormente exibidos como publicações e apresentações em PowerPoint, para exibir abertamente os compromissos pessoais. Apesar de os organizadores deterem visões sofisticadas acerca das questões hídricas, eles se abstiveram de imprimir tais visões no conteúdo do Pacto para evitar impor o que eles viam como preocupações alheias em promessas que deveriam ser especificamente contextualizadas. Em suas opiniões, a metodologia do Pacto poderia ser pré-concebida. Seu conteúdo, entretanto, não; deveria ser determinado localmente.

Até 2009, com cerca de oito mil participantes e oitenta e seis instituições envolvidas, a fase de elaboração do pacto chegou ao fim (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ E CONSELHO DE ALTOS ESTUDOS E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS, 2009: 17). Mais de duzentos eventos de participação, um inimaginável número de interações

pessoais, e reuniões de prestígio político deram o formato ao agregado que viria a multiplicar a capacidade estatal de cuidar da água de uma forma que as intervenções técnicas e as intervenções convencionais centradas no estado não conseguiriam. A equipe do Pacto acreditou em associar grande número de pessoas, majoritariamente servidores públicos, porém igualmente incluindo alguns cidadãos, explorando suas emoções e extraindo promessas de cuidados cotidianos com a água, como forma de redesenhar os limites do possível. Tudo isto aconteceu em contrariedade ao descrédito de muitos gestores hídricos do setor público, os quais viam o Pacto como uma desnecessária perda de recursos e uma duplicação do trabalho que as agências hídricas já vinham fazendo através dos esforços de planejamento das bacias hidrográficas.

3. Métodos de possibilidade

Quando perguntei a Rebecca, uma socióloga da equipe organizadora, o que exatamente o Pacto era, ela respondeu ser difícil formular uma definição. ‘O Pacto’, ela disse, ‘Não é uma coisa ou um plano do governo, mas um quadro que irá sobreviver a mudanças governamentais e tornar efetivos compromissos mais perenes. Ele ‘irá além de preferências políticas para determinar os caminhos a serem seguidos independentemente de quem chegar ao poder’. A invocação de Rebecca por um caminho não é acidental. Em um estado onde compromissos duradouros são encapsulados em estruturas concretas como canais, reservatórios e distritos de irrigação, sua projeção do Pacto no futuro exigia analogias infraestruturais. Durante nossa Conversa, Rebecca explicou como uma definição compartilhada desse caminho não apenas não existiu mas também foi, de algum modo, irrelevante. Na verdade, ela enfatizou que não era importante perguntar *o que* o Pacto era, mas para descobrir *como* pactuar; se o Pacto iria deixar uma marca duradoura, seria por causa do método de sua construção (ver, também, MIYAZAKI, 2004).

Enfatizando o quão importante era que eu entendesse a metodologia que eles inventaram, Rebecca pediu meu cartão de memória e salvou "o documento de Ernesto". Aquele documento era um modelo claro, cheio de caixas de texto, setas e letras coloridas que delineou as fases metodológicas do Pacto. Ele foi montado, por Ernesto, o líder do Conselho, indicado pelo Poder Legislativo.

A primeira fase envolveu uma ampla base de participantes de universidades, empresas de tratamento de água e saneamento, centros de pesquisa e serviços oficiais de água,

saúde, educação e agências oficiais de água, saúde, educação e agricultura que produziram um relatório sobre a situação dos recursos hídricos no Estado. O relatório pretendia ser a fonte de informações sobre as questões relacionadas à água. Quando Ernesto apresentou o documento em um evento público em 2008, ele o descreveu como um documento técnico diferente de qualquer outro porque ‘noventa e sete instituições, mais de quinhentas mãos, de duzentos e cinquenta e seis pessoas [pessoal técnico]’ ajudaram a escrevê-lo. Ao final de um discurso cativante, Ernesto citou orgulhosamente Paulo Freire, um filósofo da educação brasileira: ‘este documento não é *mirar*, mas um *admirar*, que é olhar para dentro com uma perspectiva crítica’. O Pacto estava tomando uma perspectiva crítica sobre questões hídricas, enquanto coletava todas as informações disponíveis.

A segunda fase do Pacto consistiu em apresentar os resultados do relatório, fazendo disseminar a metodologia que as pessoas deveriam usar quando conduzissem suas audiências públicas na esfera local, regional e em todo o estado. Os consultores viabilizaram o processo, viajando para o interior do estado para executar reuniões explicativas, nas quais apresentaram os resultados técnicos do relatório - incluindo coisas como a lacuna entre a demanda e a disponibilidade de água, a quantidade de água utilizada na agricultura, as previsões climáticas para a próxima década, o número de domicílios sem água limpa e assim por diante. Eles, também, introduziram a metodologia que as pessoas deveriam usar quando elas organizassem eventos do Pacto em suas comunidades. Esses encontros de coordenação tinham entre 80 (oitenta) e 150 (cento e cinquenta) participantes e foram todos inaugurados por Ernesto e pelo representante congressional da área.

A terceira fase do Pacto envolveu as audiências públicas em uma variedade de escalas, começando com reuniões municipais e depois em eventos públicos regionais e em todo o estado. Nestes eventos, os participantes sentaram-se juntos para enunciar e anotar seus compromissos. O resultado foi um grande conjunto de compromissos inicialmente preferidos em pequenos grupos, em seguida, em folhas coloridas de papel ou grandes folhas colocadas nas paredes, e, finalmente, transformadas em documentos eletrônicos. Estas audiências públicas foram temporariamente ordenadas de tal forma que alguns compromissos poderiam ser ampliados. Primeiro, foram realizadas 156 (cento e cinquenta e seis) reuniões municipais, em seguida, representantes de cada município reuniram-se em uma série de eventos regionais viabilizados, novamente, por um membro da equipe do Pacto para estabelecer parcerias intermunicipais e regionais. A essa altura, as instituições puderam combinar recursos para cumprir os compromissos mútuos e abordar iniciativas maiores, como a construção de

estações de tratamento de água, ou sistemas de gerenciamento de resíduos sólidos. Finalmente, representantes de cada município do Pacto Regional participaram de uma reunião pública que abrangia grupos de todo estado, na qual foram produzidos macro-pactos, consoante os mesmos métodos de fazer compromissos.



Figura 1. Exibição de compromisso em tiras de papel coloridas durante uma das oficinas do Pacto.

Os resultados dessas reuniões foram sistematizados em documentos que foram também chamados de Pactos. O documento mais longo foi o Pacto que abrangeu diversos níveis em todo o estado com 408 (quatrocentos e oito) páginas e um anexo de 25 (vinte e cinco) páginas que registram os nomes dos participantes, suas instituições e eventos de que participaram. Ao final do processo de quatro anos, cada município, aliança de municípios, bacia hidrográfica e propriamente o estado como um todo, teria seu próprio Pacto enquanto estivesse sendo incorporado no Pacto da próxima escala.

O propósito dessa estrutura aninhada era afirmar a importância moral de cada escala e apreciar sua complexidade em seus próprios termos, e não da perspectiva de um observador centralizado. O pacto não foi organizado para fornecer uma visão de um Deus a partir de lugar nenhum (HARAWAY, 2004), também, não foi idealizado para supervisionar a complexidade de todos os problemas de água em todo o Estado, e, tampouco, era suscetível à vigilância de um panóptico (FOUCAULT, 1975) que pudesse policiar a fidelidade das pessoas aos seus compromissos. A estrutura agregada do pacto era, ao contrário, capaz de abranger fluxos contraditórios, porque não presumia necessidade de coesão entre diversas escalas. Esse raciocínio permitiu que os participantes do Pacto mantivessem sua conexão com seu contexto,

para existir em sua própria especificidade e complexidade, sem terem que se dobrar a um estandarte abrangente como fariam se o Pacto tivesse se baseado em associação/filiação e participação em uma entidade mais claramente definida - um comitê, uma associação, uma instituição pública, ou uma agência governamental. Em vez de visualizar um único futuro técnico-político, o Pacto baseou-se em cada compromisso, os apertos de mão que selaram cada promessa e os cuidados pessoais que as pessoas colocaram nele, para liberar a aparentemente inerente capacidade das pessoas de cuidar da água.

4. Destilando compromissos em palavras

Os compromissos, enquanto sempre se tocam em fibras íntimas, podem assumir múltiplas formas. Angela Garcia (2014), por exemplo, mostrou como os compromissos expressam ‘um tecido muito maior de engajamento moral, incluindo as responsabilidades conflitantes e as demandas punitivas que estando disponíveis para os outros podem nos afetar. Em um nível menos íntimo, e pensando sobre a tarefa de planejar o futuro como uma atividade pública, Simone Abram e Gisa Weszkalnys argumentam que o planejamento governamental e os planos de políticas são promessas que parecem para estar sempre ‘ligeiramente fora de alcance, o resultado ideal é sempre um pouco improvável’ (2011: 3).

Os compromissos, no centro do Pacto, estavam em algum lugar entre essas duas formas. Eles eram elusivos porque seus efeitos orientados para o futuro são impossíveis de verificar completamente, outanto no presente, ou quanto em todas as escalas de uma só vez. Mas, ao mesmo tempo, eles eram engajados, pois originalmente todos os compromissos eram incorporados. Cada promessa surgiu como um compromisso específico de uma pessoa, colocando a ênfase no corpo do servidor público, ao invés do Estado, como uma entidade abstrata. Mas, essa dimensão íntima desapareceu, quando os compromissos foram escritos e documentados. Eles mudaram de forma, enquanto se moviam em escalas, no processo de feitura do Pacto.

A metodologia do Pacto foi projetada para estimular os participantes das bacias hidrográficas municipais e regionais e, também, em escala estadual, a fazer seus próprios compromissos. A maioria dos participantes, no entanto, estavam envolvidos em apenas um, ou no máximo dois desses níveis. Alguns participantes, dada a sua posição política e técnica, participaram de atos na elaboração do Pacto, em múltiplos níveis. As promessas, também, tiveram formas diversas de tramitação. Em alguns casos, um compromisso específico passava por diferentes reuniões em diferentes escalas. Na maior parte,

entretanto, os compromissos tinham tramitações uni-escalares; isto é, se feito no nível municipal ou na bacia hidrográfica (ou no nível da bacia hidrográfica), os compromissos ficavam lá. Mas, em ambos os casos, se um compromisso atravessava escalas, ou permanecia vinculado a uma escala particular, a metodologia de elaboração do pacto implicava, em seu núcleo essencial, em um verdadeiro processo de destilação. À medida em que o enunciado de um compromisso era transformado em uma estrutura verbal móvel exibível (na forma de um pedaço colorido de papel) e, ao final, transcrito em um documento eletrônico, a redação de um compromisso mudava, sua formatação se convertia.

Em todas as reuniões do Pacto, independentemente de sua escala, o trabalho em grupo era fundamental. Uma vez que as apresentações pessoais acabassem e as instruções gerais fossem fornecidas, subgrupos de pessoas sentavam-se juntos para falar sobre compromissos, aspirações e desejos. Estes subgrupos eram mini-cosmologias nos quais o *status*, classe, gênero e história se desenrolavam com todo o seu poder histórico determinante. Latifundiários, ou líderes municipais falaram com autoridade; servidores públicos de nível inferior e ONGs ofereceram declarações mais moderadas. Algumas mulheres de fibra foram capazes de se tornar protagonistas; as mais jovens foram relegadas a tarefas desecretaria. Em alguns casos, subversões tomaram lugar, oportunidade em que os fazendeiros tornaram-se francos e as ONGs religiosas contestaram os motivos dados por trabalhadores municipais para não se oferecerem para fazer muito. Em todos os casos, no entanto, após algumas discussões, pessoas escreveram seus compromissos, fazendo com que eles se encaixassem nas tiras de papel que foram instruídos a usar. Os limites físicos do papel, seu tamanho, combinado com a instrução de que apenas um compromisso poderia ser inscrito em cada tira, resultou em declarações curtas e afirmativas como as seguintes:

Posso garantir que incluiremos programas de educação ambiental em nosso Município.

Eu vou lutar para conseguir os recursos para expandir o canal de água que o município vem planejando construir há três anos.

Vou reunir meus companheiros que trabalham com saúde na diretoria regional de saúde para começar a conversar sobre conservação de água com pacientes.

Vou acelerar o programa de treinamento que temos nos livros para compartilhar com fazendeiros informações sobre tecnologias de irrigação mais eficientes.

Este primeiro momento de inscrição foi uma sistematização qualitativa do conteúdo dos compromissos. A riqueza da discussão em grupo foi concentrada em uma breve declaração. Os pedaços de papel contendo as declarações foram imediatamente exibidos na parede, ou colocados sobre a mesa, se o grupo era pequeno o suficiente. Em muitos casos, os compromissos finalizaram seu processo ali. Eles foram transcritos diretamente e permaneceram como parte do exercício local de elaboração do Pacto.

Se as promessas implicassem ações que abrangessem escalas maiores (bacia hidrográfica, ou mesmo o estado como um todo), elas seguiam seu caminho. Para fazer com que os compromissos particulares do grupo avançassem/fossem adiante no processo, as declarações tiveram que ser "sistematizadas". A sistematização consistiu em inserir cada compromisso em um documento do Word que os consultores já haviam preenchido com tabelas perguntando a que escala o compromisso pertencia (municipal, regional, todo o Estado), quem era o promitente e quais instituições poderiam ser convidadas a apoiar sua implementação. Essa tarefa implicava outra sistematização de compromissos em um novo formato. Ao longo dessas conversões, que originalmente eram destacadas, compromissos específicos de lugar e pessoa foram se tornando declarações genéricas em linguagem política, invocando programas públicos e políticas em curso e exaltando instituições e organizações para as quais pessoas trabalhavam. Assim, o que eram declarações altamente específicas tornaram-se declarações genéricas que se pareciam com isto:

Assistir às reuniões em Solonópole, Potiretama e Iracema [nomes de pequenas cidades], juntamente com representantes da EMATERCE [outra agência governamental], e fornecer as informações necessárias relacionadas à água para permitir que elas façam decisões para possibilitar que elas tomem decisões informadas. Por: Almeida (diretor da Companhia de Gestão de Recursos Hídricos).

Realizar oficinas pedagógicas nas escolas públicas e na educação mais amplada comunidade sobre o uso adequado da água, 21 (vinte e um) eventos, conduzidos pelo coordenador pedagógico de cada escola. Por: Secretaria Municipal de Educação.

Treinar engenheiros agrícolas, silvicultores, técnicos agrícolas, gerentes e gestores de treinamento rural em agricultura orgânica, manejo alternativo de pragas, 184 eventos, um por município. Por: Secretário de Agricultura.

Neste processo de documentação, a evidência da subjetividade do compromisso, o “eu” na declaração, foi gradualmente abolido. O compromisso foi sistematizado de modo a poder transitar facilmente pela elaboração de política e escala administrativa e instituições. Os compromissos não foram necessariamente tornados mais abstratos. Se você levou em consideração somente os documentos publicados do Pacto, poderia parecer assim – mas tenha em mente que cada municipalidade e bacia tinha seu próprio Pacto, com sua própria documentação, que, às vezes, incluía somente a coleção de pedaços de papel, ou um fichário, nos quais a forma impressa dos compromissos individuais era guardada.

Os organizadores do Pacto, a equipe de consultoria, não tinham como acompanhar, monitorar ou avaliar esses compromissos. E isso foi precisamente o que eles esperavam. A ideia do Pacto era que cada escala teria promessas feitas e documentadas na forma que parecesse mais apropriada para cada escala. Documentos públicos estaduais teriam linguagem aproximada da política e se pareceriam com publicações formais; pactos municipais manteriam uma linguagem específica e teriam uma forma de publicação mais flexível.

5. Capacidade de intervir: descrevendo o agregado

Marilyn Strathern (2014: 23-24) observou que, nas burocracias dos Estados de Bem Estar Social, ‘intervenções no mundo dos negócios se fundam em descrever o que está acontecendo ... a descrição em si é uma intervenção’. Inspirada pelos legados das democracias de bem-estar social, a capacidade do Pacto intervir também depende de suas descrições de si mesmo. Devido à sua forma agregada, o Pacto se descreve através dos compromissos de que é feito, e não através de uma narrativa unificada de uma visão futura, ou uma determinação política. Primeiramente enunciado, então documentado em tiras de papel, depois em tabelas do Microsoft Word, e finalmente, impressos em documentos, sua forma descritiva que não é narrativa, mas a forma da lista. Os documentos do Pacto final são, de certa forma, nada mais do que listas rotativas associando aspirações com responsabilidades. Eles são ‘sistematizações’ dos mapas de atividade, acumulação, sociabilidade, empreendimento [e] aspiração que motivam a ação no sentido mais amplo’ (PHILIPS, 2012: 96). As listas de compromissos do Pacto condensam histórias densas e ideais para o futuro - enquanto mediam ambos através do compromisso, como uma forma especial de representação.

A confiança do Pacto em listas como formas de representação é devida, em parte, à qualidade dos compromissos como expressão inquestionável em outras escalas. O compromisso feito em nível municipal é presumidamente apropriado ao seu contexto e,

portanto, não está sujeito a avaliação do ponto de vista de outra escala (por exemplo, a bacia hidrográfica ou o estado-membro), então, uma narrativa expandida para explicar sua adequação é desnecessária. O compromisso é uma intervenção descritiva que só pode ser avaliada na escala em que foi produzida: somente aqueles que elaboraram podem avaliar. Presumivelmente, os comprometidos não precisam de uma descrição narrativa de algo que eles já conhecem. Por essa razão, cada compromisso listado é valorizado e blindado, por sua especificidade no seu contexto. O efeito dessa avaliação contextual é que a documentação do Pacto é considerada intrinsecamente legítima e, de certa forma, mantém cada compromisso selado à crítica, a menos que essa crítica venha das mesmas pessoas que se comprometeram, ou de outras com relações similares com um determinado contexto particular. Esta é uma forma de legitimidade contextual que elaboradores do Pacto acreditam que constrói a capacidade de lidar com as questões de uma maneira que outras formas políticas não conseguem. O compromisso com tal legitimidade requer que organizadores trabalhem, através de uma agregação flexível e não através de uma unidade de narrativa. Esta última, sem sombra de dúvidas, torna o Pacto precário, dependente da coesão do seu enunciado para que se possa extrair qualquer eficácia. E, no entanto, essa precariedade também é sua força potencial. Uma promessa mantida, segundo os antropólogos mostraram, tem o poder de estimular e aprofundar as relações sociais e outras formas de dependência coletiva (MAUSS, 1967). Este potencial contraditório, que reside muito em sua forma, é o que caracteriza o Pacto como um tipo diferente de intervenção.

6. Uma forma visual de agregação

Uma das alegações para fortalecer o Pacto é que ele reuniu mais de oito mil participantes. No entanto, seu potencial depende menos de quantidade do que da forma em que os compromissos desses oito mil participantes foram agregados. O que torna o Pacto interessante é que sua forma tem a capacidade de fazer uma promessa escalável e, ao mesmo tempo, permitir permanecer fiel às suas especificidades de escala e contexto. Se houver algum potencial no Pacto, está ligado aos vieses plurais e multi-escalares em que os compromissos podem ter. Estes compromissos não são nem obrigações éticas íntimas para cuidar uns dos outros, do tipo que Angela Garcia descreve, nem promessas completamente elusivas que fogem de qualquer senso pessoal de responsabilidade como Abrão e Wieszka nos observam. Os compromissos do Pacto são mais do que declarações vazias e menos que profundos compromissos afetivos de se render aos outros. Sua importância social está em sua

coletividade, sua união como um encontro composto de relações sociais específicas de local e escala: uma construção que é encenada como as pessoas seguem um conjunto de instruções, fazem compromissos verbais, escrevem em pedaços de papel, se reúnem para vê-los expostos nas paredes, recebem documentos eletrônicos com suas transcrições, reúnem-se novamente para mais reuniões em diferentes escalas, lembram-se do café que tomaram juntos na única reunião do Pacto local a que compareceram, ou da piada memorável que alguém contou naquele dia.

Se a lógica metodológica que orienta o Pacto depende da identificação de compromissos que podem ser agrupados e seletivamente reunidos, não é uma lógica de acumulação bruta que visa adicionar partes até que possam completar um todo. O agregado de um Pacto não é um agregado de indivíduos, é uma reunião de promessas relacionadas à água. Mas, como vimos, cada compromisso passa por um processo de destilação, até de transformação. Essas duas lógicas - a lógica da agregação como uma soma de entidades individuais, e a lógica da agregação como uma reunião seguindo um conjunto particular de instruções - podem ser visualizadas na comparação de duas imagens. Um é o clássico na teoria política, o outro está mais próximo de formas algorítmicas e matemáticas de agregação.

Esta primeira imagem depende da adição de imagens para alcançar a unidade. Esse sentido peculiar é ilustrado no trabalho de Thomas Hobbes, especificamente seu *Leviathan*, ou *The Matter, Forme, e Poder de uma Commonwealth Ecclesiasticall e Civill* ([1651] 1991). Nessa imagem, podemos ver como o agregado político é um todo abrangente onde o indivíduo liberal é subsumido ao Estado como uma entidade única e unificada. Na ilustração (Figura 2), o Leviatã é composto pela soma de unidades inteiras, o conjunto de corpos de seus súditos. Para o Leviatã, seus elementos constitutivos são evidentes. O corpo do sujeito é uma singularidade familiar que sugere sua submissão, em todas as suas facetas, sob o corpo extenso do soberano. Leviatã é também uma entidade claramente delimitada reconhecível como uma singularidade. No entanto, esse imaginário político do agregado como abrangendo o todo só é apenas uma de suas muitas abordagens possíveis.

Outra imagem que não presume a necessidade de incorporar o todo e unidades auto-evidentes foi visualizada por Andy Lomas, um artista digital trabalhando em imagens de agregação matemática e filosófica (ver Figura 3). Ao contrário da imagem de Leviatã, os detalhes das imagens de Lomas não oferecem suas formas constitutivas facilmente. A forma do agregado não está prontamente disponível para reconhecimento; suas características gerais não são auto-evidentes. Nesta fotografia, é difícil ver qualquer uniformidade, obrigando-nos a

dar um passo atrás se perguntar, em um nível mais abstrato, que qualidade pode ser compartilhada entre as unidades naimagem para que possam ser agregados. A agregação exige a identificação de um parâmetro compartilhado que o torna metodologicamente possível, em vez de operar como uma soma suave em singularidade.

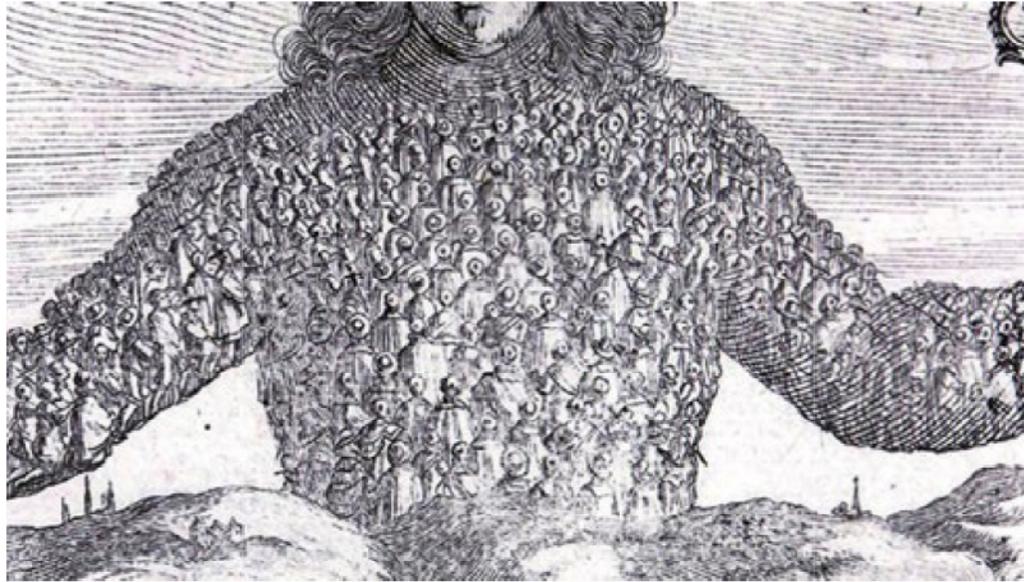


Figura 2. Detalhe da ilustração do Leviatã.

No trabalho de Lomas, o atributo selecionado como critério de agregação concede um conjunto de elementos de sua reunião temporária. O agregado só é possível se soubermos quais são os critérios usados para unir elementos, apesar de nossa incerteza sobre os quais elementos. Mesmo que as etapas metodológicas sejam predeterminadas, seus conteúdos finais não o são. Mesmo se soubermos que pedaços de papel são a primeira forma que os compromissos assumem, suas intenções específicas - apressar um programa, convencendo os outros a ensinar educação ambiental, fazendo lobby para uma estação de tratamento de água - não são auto-evidentes. Esse tipo de agregado é sólido e precário ao mesmo tempo; é uma reunião de muitos, mas, ainda assim, não exatamente uma coletividade única e estável. O agrupamento só é possível por causa da reafirmação constante dos parâmetros de seleção que o torna possível. O momento em que nossa atenção se desvia desses critérios de seleção, a possibilidade de perceber o agregado desaparece na frente de nossos olhos.

O Pacto se assemelha mais às imagens de Lomas do que às do Leviatã, de Hobbes. Seu poder para aumentar a capacidade política parece residir em sua seletividade, em sua capacidade de coletar e ativar um compromisso moral específico para a água, sem ter

expectativas de que seus participantes se identifiquem de forma holística com o Pacto, muito menos de exigir deles qualquer forma de associação. Mas, para tornar possível essa agregação, existe um critério que precisa ser conhecido. Um compromisso precisa ser escrito em um pedaço de papel; é essa sistematização inicial em um enunciado declarativo que permite a reunião flexível de compromissos que não têm nada em comum em seu conteúdo. O compromisso do Pacto de aumentar a capacidade da sociedade de se importar com a temática depende da possibilidade de agregar a forma de compromissos como algo que produz poder coletivo para agir. Também depende da exclusão dos compromissos que não cumprem essa forma. Essa capacidade de agregar seletivamente e temporariamente é a sua promessa.

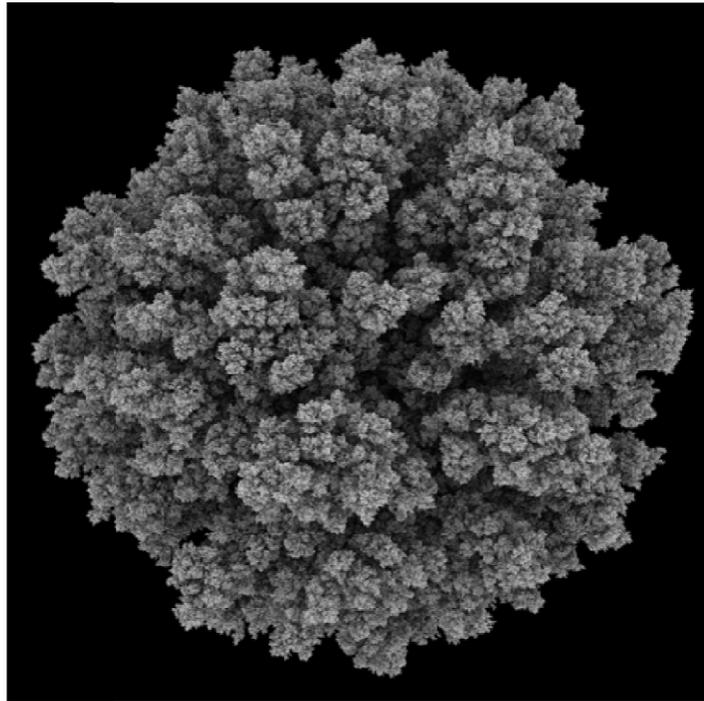


Figura 3. Andy Lomas, Séries de agregação. <http://www.andylomas.com/>.

7. Conclusão

Os idealizadores e organizadores do Pacto lançaram a iniciativa com a expectativa de que eles poderiam romper com a história. Em certo sentido, seus esforços foram projetados para criar o “intempestivo” (GROSZ, 2004) ou para criar um futuro que poderia produzir

arranjo diferente de forças sociais e materiais para garantir o acesso à água. Sua inovação, como eles entendem, é pedir aos participantes do Pacto um tipo de compromisso, uma promessa de cuidado, que não é totalizante e não requer sua total fidelidade ou adesão. O Pacto pode admitir suas promessas para cuidar da água sem exigir sua transformação em sujeitos subjugados a ele.

Esta forma peculiar promete destacar a contradição como um símbolo da adequação do esforço. Se os compromissos feitos em diferentes escalas parecem não se encaixar e às vezes se contradizem, o propósito de se manter a especificidade desse contexto foi alcançado. Assim, a especificidade do contexto e as contradições derivadas dele em diferentes escalas fazem do Pacto um coletivo que nunca pode ser encoberto numa unidade. Os convocadores do Pacto, o enxergam como uma formação social aberta à multiplicidade, em vez de um mecanismo para transformar diferenças em semelhanças. Esta é uma forma política que promete produzir um tipo de interação política que está em algum lugar entre intimidade e elusividade: uma reunião baseada na possibilidade de mobilizar a "sociedade", mesmo que essa possibilidade seja inexecutável não verificável. Esta é a "politização de cuidado" como uma forma burocraticamente descentralizada de ordenação material-humana. Aqui, o cuidado para com a água como uma forma de política só sobrevive se for imaginado em diferentes níveis escalares e para cada ator social em sua própria particularidade.

No Ceará, o lançamento dessa forma política exigiu uma estética quantitativa que privilegia a agregação como um método de reunir a capacidade das pessoas para se importar com a temática relativa à água. O agregado é uma forma política concebida para romper com uma história política mais convencional. É uma intervenção construída sobre a descrição de suas unidades, uma estrutura de compromissos para a proliferação de cuidados sem a visão de Deus para verificar sua realização. O Pacto é uma forma incerta e poderosa de fazer a quantidade funcionar pela qualidade, tornando menos nítidos os limites entre elas e criando uma forma de "capacidade" que não pode ser totalmente domesticada: a capacidade de cuidar do sustento cotidiano da vida dentro do próprio ambiente ou contexto. Esta capacidade pode produzir um cenário aquático diferente e um futuro mais democrático, mas nenhuma garantia é oferecida.

8. Referências Bibliográficas

ABRAM, S.; WESZKALNYS, G. **Anthropologies of Planning: Temporality, Imagination, and Ethnography**. Focaal, 61: 3–18, 2011.

AIYER, A. **The Allure of the Transnational:** Notes on Some Aspects of the Political Economy of Water in India. *Cultural Anthropology* 22 (4): 640–658, doi:10.1525/can.2007.22.4.640, 2007.

ANAND, N. **Pressure: The Political Technics of Water Supply in Mumbai.** *Cultural Anthropology*, 26 (4): 542–564. doi:10.1111/j.1548-1360.2011.01111.x, 2011.

ANDERSON, B. **Imagined Communities:** Reflections on the Origins and Spread of Nationalism. London: Verso, 1991.

ANDERSON, C. W. **What Aggregators Do: Rhetoric, Practices and Cultures of Digital and Analog Evidence in Web-Era Journalism.** Paper read at the 12th International Symposium for Online Journalism, Austin, 2011.

ARONS, N. G. **Waiting for Rain: The Politics and Poetry of Drought in Northeast Brazil.** Tucson: University of Arizona Press, 2004.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ; CONSELHO DE ALTOS ESTUDOS E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS. **Plano Estratégico dos Recursos Hídricos do Ceará.** Ceará: Fortaleza, 2009.

BAKKER, K. **A Political Ecology of Water Privatization.** *Studies in Political Economy*, 70: 35–58, 2010.

BALLESTERO, A. **Transparency Short-Circuited: Laughter and Numbers in Costa Rican Water Politics.** *PoLAR: Political and Legal Anthropology Review*, 35 (2): 223–241, 2012.

BALLESTERO, A. **‘The Ethics of a Formula: Calculating a Financial-Humanitarian Price for Water’.** *American Ethnologist* 42 (1): 262–278, 2015.

BARNES, J. **Cultivating the Nile: The Everyday Politics of Water in Egypt.** Durham, NC: Duke University Press, 2014.

BARTH, F. **Ethnic Groups and Boundaries: The Social Organization of Culture Difference.** Boston, MA: Little Press, 1998.

BHABHA, H. K. **The Location of Culture.** London: Routledge, 1994.

BORCHARDT, W. G.; DAILEY AND, J. S.; NUNES, P. F. **New Paths to Growth: The Age of Aggregation.** Outlook: The Journal of High-Performance Business Issue 3: 19–27, 2011.

CAPRARA, A., J.; LIMA, Wellington de Oliveira; MARINHO, A. Correia Pequeno; CALVASINA, P. Gondim; LANDIM L. Paes; SOMMERFELD, J. **Irregular Water Supply, Household Usage and Dengue: A Bio-social Study in the Brazilian Northeast.** Cadernos de Saúde Pública 25 (1): S125–S136, 2009.

CARSE, A. **Nature as Infrastructure: Making and Managing the Panama Canal Watershed.** Social Studies of Science 42 (4): 539–563, 2012.

CODDINGTON, M. A. **Telling Second hand Stories: News Aggregation and the Production of Journalistic Knowledge.** Ph.D. diss., University of Texas at Austin, 2015.

COLLIER, S. J.; ONG, A. **Global Assemblages, Anthropological Problems.** In: ONG, A.; COLLIER, S. J. (eds). **Global Assemblages: Technology, Politics, and Ethics as Anthropological Problems.** Malden: Blackwell, 3–21, 2005.

DO AMARAL FILHO, J. **Reformas Estruturais e Economia Política dos Recursos Hídricos no Ceará.** Fortaleza, CE: SEPLAN-IPECE, 2003.

FINAN, T. J.; NELSON, D. R. **Making Rain, Making Roads, Making Do: Public and Private Adaptations to Drought in Ceará, Northeast Brazil.** Climate Research 19 (2): 97–108, 2001.

FOUCAULT, M. **Discipline and Punish: The Birth of the Prison.** New York: Vintage Books, 1975.

GARCIA, A. **The Promise: On the Morality of the Marginal and the Illicit.** Ethos 42 (1): 51–64, 1975, 2014.

GENNEP, A. van. **The Rites of Passage**. Chicago: University of Chicago Press, 1960.

GROSZ, E. **The Nick of Time**: Politics, Evolution, and the Untimely. Durham, NC: Duke University Press, 2004.

GUYER, J. I. **Anthropology**: The Study of Social and Cultural Originality. *African Sociological Review/Revue Africaine de Sociologie* 3 (2): 30–53, 1999.

HARAWAY, D. **Modest_Witness@Second_Millennium**. In D. Haraway (ed.), *The Haraway Reader*. New York: Routledge, 223–250, 2004.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Multitude**: War and Democracy in the Age of Empire. New York: Penguin, 2005.

HAYDEN, C. **When Nature Goes Public**: The Making and Unmaking of Bioprospecting in Mexico. Princeton: Princeton University Press, 2003.

HOBBS, T. **Leviathan**. Cambridge: Cambridge University Press, [1651] 1991.

JURIS, J. S. **Reflections on #OccupyEverywhere**: Social Media, Public Space, and Emerging Logics of Aggregation. *American Ethnologist* 39 (2): 259–279, 2012.

LATOUR, B. **Reassembling the Social**: An Introduction to Actor-Network Theory, Clarendon Lectures in Management Studies. Oxford: Oxford University Press, 2005.

LEMOS, M. C. **A Tale of Two Policies**: The Politics of Climate Forecasting and Drought Relief in Ceara, Brazil. *Policy Sciences* 36: 101–123, 2003.

MALINOWSKI, B. **Crime and Custom in Savage Society**. The Gift. New York: W. W. Norton, [1926] 1966.

MIYAZAKI, H. **The Method of Hope**. Stanford: Stanford University Press, 2004.

MORITA, A. **Infrastructuring Amphibious Space**: The Interplay of Aquatic and Terrestrial Infrastructures in the Chao Phraya Delta in Thailand. *Science as Culture* 25 (1): 117–140, 2016.

MOSSE, D. **The Rule of Water: Statecraft, Ecology and Collective Action in South India**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

NELSON, D. R.; FINAN, T. J. **Praying for Drought: Persistent Vulnerability and the Politics of Patronage in Ceará, Northeast Brazil**. *American Anthropologist* 111 (3):302–316, 2009.

PHILIPS, A. List. In: LURYAND, C.; WAKEFORD, N. (eds). **Inventive Methods: The Happening of the Social**. London: Routledge, 96–109, 2012.

RABINOW, P. **Marking Time: On the Anthropology of the Contemporary**. Princeton: Princeton University Press, 2009.

RUPPERT, E. **The Governmental Topologies of Database Devices**. *Theory, Culture & Society* 29 (4–5): 116–136. doi: 10.1177/0263276412439428, 2012.

SIMPSON, L. D. **Integrated Water Resources Management, Ceara, Brazil**. Washington, DC: World Bank, 2003.

STRATHERN, M. **Cutting the Network**. *Journal of the Royal Anthropological Institute* N.S.(2): 517–535, 1996.

STRATHERN, M. **Anthropological Reasoning: Some Threads of Thought**. *HAU: Journal of Ethnographic Theory* 4 (3): 23–37, 2014.

TURNER, V. **The Ritual Process: Structure and Anti-Structure**. New York: Aldine de Gruyter, 1995.

VERRAN, H. **Science and African Logic**. Chicago: University of Chicago Press, 2001.

VON SCHNITZLER, A. **Democracy's Infrastructure: Techno-Politics and Protest after Apartheid**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2016.

WEST, P. **ConservationIsOurGovernmentNow**: The Politics of Ecology in Papua New Guinea. Durham, NC: Duke University Press, 2006.